

2. Os Três Princípios em Xequê: Política de Defesa e Exportação de Armas no Japão de Takaichi

Martha Nummer³

Júlia Lameiras⁴

Alana Camoça⁵

Em outubro de 2025, Takaichi Sanae assumiu a chefia do governo japonês como a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra do país. Sua eleição sinalizou uma ascensão na projeção de lideranças nacionalistas no poder, uma vez que Takaichi é associada à ala mais

radical do Partido Liberal Democrático (LDP) e ao *lobby* nacionalista Nippon Kaigi, enfatizando um tom do Japão cada vez mais próximo em relação aos Estados Unidos e também em direção a potenciais transformações e flexibilizações na política de segurança e defesa do país.

As próximas linhas do presente artigo pretendem justamente apresentar uma breve análise da política de segurança do Japão com ênfase na decisão de 21 de abril em relação à exportação de armas, sem nenhuma deliberação parlamentar, e com apenas três reuniões de consulta entre LDP e o partido aliado Nippon Ishin (Sato; Yoshida; Ushio, 2026). Essa política representa uma mudança notável do Japão após 80 anos de restrições à exportação de armas como parte de sua política pacifista.

Japão e política de segurança no século XXI: pressões internacionais e domésticas

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). E-mail: marthanmmr@gmail.com

⁴ Graduanda no curso de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de IC pelo PIBIC, pesquisadora do LabÁsia e do DataMundi. E-mail: lameirasjulia@gmail.com

⁵ Professora Adjunta no Departamento de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DRI-UERJ) e professora do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). E-mail: alanacamoca@gmail.com

A política externa e de segurança do Japão passou por grandes transformações no século XXI, aprofundando o debate sobre a (re)militarização do país. Essas mudanças não são necessariamente novas, posto que são resultados de um longo processo de erosão gradual de restrições constitucionais operado pela via de reinterpretações. Esse processo ganhou contornos mais nítidos com a ascensão de Shinzo Abe a partir de 2012, figura que muitos analistas identificam como aquele que efetivamente transformou a chamada "grande estratégia" do Japão (Hosoya, 2025).

Do ponto de vista externo, as pressões sobre o Japão para que ampliasse sua participação em segurança internacional acompanharam toda a trajetória da aliança bilateral. Washington estimulou discretamente o rearmamento japonês já nos anos 1950, no contexto da Guerra da Coreia, e intensificou essas demandas após a Guerra do Golfo (1990-1991), quando o Japão foi criticado por limitar sua contribuição ao apoio financeiro — uma diplomacia de pagamentos (Oliveira, 2019). A lógica era clara: converter a capacidade econômica japonesa em responsabilidade estratégica. No século XXI, essa pressão se materializou no envio das Forças de Autodefesa (SDF) ao Iraque em dezembro de 2003, sob o governo Koizumi; foi a primeira vez desde 1945 que tropas japonesas ingressaram em uma zona de conflito, ainda que sob a justificativa de "área de não combate". A ação foi resposta à demanda dos Estados Unidos, que mantiveram sobre o país um guarda-chuva de segurança nuclear e militar por décadas, em troca de lealdade estratégica⁶. Somava-se a isso a crescente tensão com a China, acelerada pelas disputas territoriais no Mar do Leste da China, envolvendo as ilhas Senkaku/Diaoyu, e pelos recorrentes lançamentos de mísseis norte-coreanos.

Um outro contexto em que a SDF está autorizada a utilizar armas, sob certas restrições, é durante as Missões de Paz da ONU (PKO). Desde a

⁶ A aliança de segurança entre EUA e Japão remonta ao Tratado de Segurança de 1951, que lançou as bases para a independência do Japão após um breve período de ocupação estadunidense e para a permanência de bases militares dos EUA em seu solo. Em 1960, foi assinado o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança, estabelecendo uma obrigação de defesa mútua sob o Artigo 5º, que obriga as partes a agirem caso haja um ataque armado em territórios japoneses.

promulgação da Lei de Cooperação Internacional para a Paz, em junho de 1992, o Japão participou de 30 missões, sendo 14 delas PKOs. Atualmente, segundo os dados da ONU, há apenas dois Military Staff Officers japoneses em operações de paz, ambos na UNMISS, que ocorre no Sudão do Sul. Entretanto, é importante ressaltar que os enviados japoneses não tinham autorização para o uso de armas até 2016, quando foi feita a revisão das *Rules of Engagement* e seu uso, ainda que de forma restrita, foi liberado. Ademais, a partir de dados do Ministério das Relações Exteriores do Japão, percebe-se que a maioria dos enviados para essas missões faz parte da unidade de engenharia, reforçando um papel mais técnico das tropas e evitando possíveis confrontos diretos que poderiam exceder os limites constitucionais. Dessa forma, o Japão se mantém como um apoiador das PKOs, ainda que isso seja feito majoritariamente com contribuições ao financiamento das missões, sendo o terceiro maior doador das contribuições fixadas para as operações de paz atrás apenas de EUA e China, e com apoio logístico, com o envio de unidades de engenharia e oferecendo cursos de treinamento de inteligência, engenharia e medicina para outros países, principalmente nações da África e da Ásia.

Do ponto de vista doméstico, há uma pressão significativa por parte de grupos ultranacionalistas, que remonta à década de 1990, com a criação do lobby Nippon Kaigi (NK). Embora grupos nacionalistas já estivessem atuando na política com o objetivo de garantir uma revisão constitucional, foi a institucionalização do NK que permitiu que essas pautas ganhassem maior espaço dentre as políticas governamentais. Existe um senso de descontentamento em relação ao fato de a Constituição vigente ter sido “imposta” por estrangeiros e de a defesa nacional depender dos EUA (Guthmann, 2024). Nesse sentido, o grupo advoga não apenas pela revisão do artigo 9, responsável pela renúncia do Japão a manter forças armadas, mas também por uma revisão constitucional que restaure o poder do imperador e pelo revisionismo histórico do Japão Imperial.

Esse padrão se intensificou com Shinzo Abe, que retornou ao poder em 2012 em um contexto internacional em que a China se consagrou como segunda maior economia mundial desde 2010, a escalada nuclear norte-coreana continuou e o Pivô para a Ásia de Obama foi lançado, reposicionando Washington como potência do Pacífico. Nesse contexto, em julho de 2014, o gabinete Abe reinterpretou o Artigo 9, permitindo pela primeira vez o exercício da autodefesa coletiva. Em setembro de 2015, o Parlamento aprovou o pacote de leis decorrente, sob forte oposição pública (Japan Press Weekly, 2015).

Paralelamente, Abe já propagava a ideia de uma "Contribuição Proativa para a Paz", política externa ativa que antecede e prepara o terreno para o que viria a ser a política designada para um Indo-Pacífico Livre e Aberto (FOIP). Essa política consistia em um enquadramento geopolítico que posicionava o Japão como arquiteto de uma estrutura de contenção à China e de uma ordem de segurança regional baseada em valores liberais — associados à própria presença estadunidense. O governo Takaichi herdou essa trajetória e parece estar empenhado em acelerá-la.

Transformações na política de defesa japonesa à vista: uma revisão dos três princípios de exportações de armas japonesas (1950-2025)

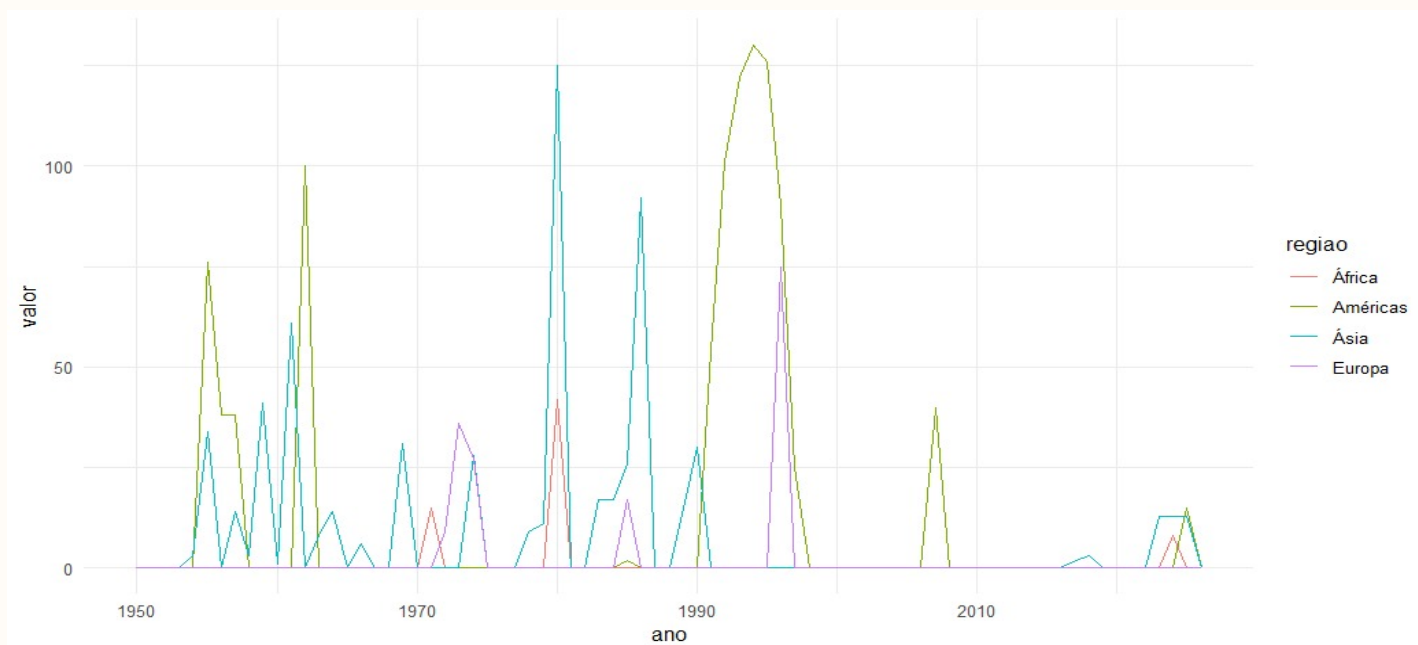
Formulados em 1967 pelo primeiro-ministro Sato Eisaku sob pressão da oposição, os Três Princípios proibiam a exportação de armas a países comunistas, sob embargo da ONU ou em conflito. Em 1976, Miki Takeo os endureceu, transformando-os em uma proibição geral. Todavia, já na década de 1980, foram autorizadas transferências de tecnologia militar aos EUA (Sato, 2015; Shiraishi, 2014). No século XXI, em 2011, o primeiro-ministro Yoshihiko Noda permitiu o desenvolvimento e produção conjunta com parceiros próximos, enquanto em 2014, Abe substituiu os Três Princípios originais por um novo sistema que deslocou a lógica da proibição para a regulação, mas manteve a restrição a produtos letais (Japan, 2014). Kishida avançou em 2022 e 2023, autorizando equipamentos não

letais à Ucrânia e a exportação de armamentos fabricados sob licença de volta aos países licenciadores. Em 2024, abriu-se caminho para o caça de próxima geração do programa GCAP ser vendido a outros países (Hua, 2026).

Observando dados históricos, no gráfico abaixo é possível ver para quais países o Japão exportou armas segundo dados do SIPRI (2026).

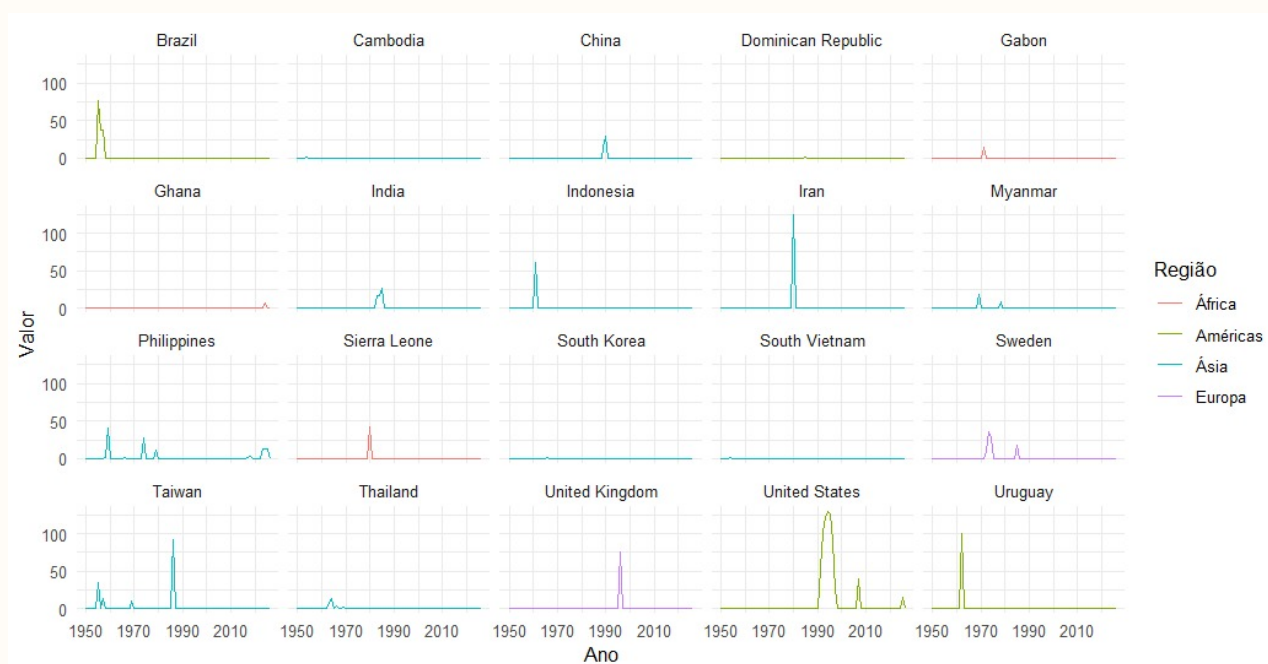
Gráfico 1

Demonstração de exportação por região (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

Gráfico 2
Demonstração de exportação dividida por países (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

A trajetória das exportações de armamentos japoneses reflete as tensões entre o pacifismo e as pressões do ambiente estratégico regional. Desde a promulgação dos Três Princípios sobre Exportações de Armas em 1967 e seu posterior endurecimento em 1976 sob o gabinete Miki Takeo, que estendeu a restrição a praticamente todas as transferências, com exceção de tecnologias militares compartilhadas com os Estados Unidos, o Japão manteve uma política formalmente restritiva, ainda que permeada por exceções operacionais.

Os dados do SIPRI⁷ revelam que transferências de materiais de uso dual e equipamentos de apoio ocorreram durante a Guerra Fria, e particularmente para países asiáticos aliados dos Estados Unidos, como Filipinas, Coreia do Sul, Tailândia e Taiwan, parceiros de Washington no Indo-Pacífico. O pico registrado nas exportações japonesas para os Estados Unidos na década de 1990 reflete, na prática, a entrega de 180 aeronaves de treinamento T-1A Jayhawk no âmbito do programa *Tanker Transport Training System* (TTTS), um contrato de produção sob licença que ilustra como a cooperação bilateral operava dentro dos limites formais.

Os dados evidenciam, portanto, uma política que nunca foi de embargo absoluto, mas de restrição seletiva, cujos limites foram alargados paulatinamente. Takaichi, por sua vez, formalizou o que seus antecessores construíram e aboliu as cinco categorias restritivas, liberando a exportação de sistemas letais (fragatas, mísseis, drones de combate) aos países com acordos de defesa com o Japão. A decisão foi enquadrada pela primeira-ministra como imperativa diante de um ambiente de segurança não apenas regional, mas internacional, cada vez mais restritivo (Japan, 2026).

A flexibilização de Takaichi pode representar justamente uma ampliação das transferências japonesas. O próprio contrato australiano para aquisição de 11 fragatas da classe Mogami ilustra essa transformação das políticas do Japão (SIPRI, 2026), sendo um instrumento de aprofundamento da interoperabilidade, alinhamento de padrões e construção de uma linguagem estratégica comum entre os parceiros de defesa do Japão (Hua, 2026). Não por acaso, Tóquio mudou efetivamente o tom em relação à China. A edição de 2025 classificava a China como "o mais importante dos parceiros bilaterais", mas a edição de 2026 mudou para "vizinho importante" (Miyawaki, 2026).

⁷ Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos do SIPRI Arms Transfers Database, atualizado em março de 2026. Os valores expressos nos gráficos correspondem ao Trend Indicator Value (TIV), unidade desenvolvida pelo SIPRI para medir o volume de transferências de armas convencionais de grande porte. O TIV é calculado com base nos custos unitários de produção de um conjunto de referência de sistemas de armas e busca representar a transferência de recursos militares. O banco de dados cobre vendas, doações e licenças de fabricação, mas exclui transferências de tecnologia e serviços de suporte, o que implica que as transferências registradas para o Japão podem estar subestimadas em relação à totalidade dos fluxos de recursos militares do período analisado.

Importante reforçar também quem é Takaichi e qual é a sua trajetória. Denominada herdeira política de Shinzo Abe (The Asahi Shimbun, 2025b; Yamaguchi, 2026), Takaichi ocupou importantes cargos de liderança em seis ministérios⁸ durante os dois mandatos dele. Além de defender e promover políticas nacionalistas da era Abe, como a revisão do artigo 9 e a reescrita e redistribuição de livros escolares, é também uma grande defensora das visitas oficiais ao templo Yasukuni⁹. Ela esteve presente em mais de uma visita governamental ao templo, a primeira em 2007, seguida por outros registros em 2014, 2016 e 2020. Ainda na década de 1990, ela elogiou fortemente a campanha eleitoral de Adolf Hitler e recomendou a leitura do controverso *Hitler's Election Strategy: The Bible for Winning Modern Elections*, escrito por Yoshio Ogai, também membro do LDP (Bacchi, 2014). Mais tarde, quando foi nomeada para o Ministério das Comunicações, foi flagrada em um escândalo de associação com membros de partidos neonazistas (McCurry, 2014). Durante sua campanha eleitoral em 2025, foi responsável por disseminar narrativas xenófobas ao afirmar que estrangeiros eram responsáveis pelos maus-tratos aos animais símbolo da cidade, os cervos (The Asahi Shimbun, 2025a).

Nesse sentido, o histórico de pautas nacionalistas de Takaichi deixou de ser apenas uma marca de sua trajetória pessoal para fundamentar mudanças na política de segurança e de defesa do Japão. A narrativa oficial do governo Takaichi baseia a revisão em argumentos de segurança relacionados à deterioração do ambiente regional diante de China, Coreia do Norte e Rússia, e o esforço de reforço de interoperabilidade com aliados. Essa transformação também está ancorada em uma dinâmica econômica, posto que as próprias indústrias japonesas acabavam limitando suas produções e exportações ao que era permitido (Hua, 2026). Não

⁸ Ministério de Estado para Assuntos de Okinawa e Territórios do Norte, Ministério de Estado para Políticas de Ciência e Tecnologia, Ministério de Estado para Inovação, Ministério de Estado para Assuntos da Juventude e Igualdade de Gênero, Ministério de Estado para Segurança Alimentar no Gabinete japonês e Ministério de Assuntos Internos e Comunicações

⁹ O templo Yasukuni é uma fonte de disputas diplomáticas no Leste e Sudeste Asiáticos devido ao seu valor simbólico nacionalista. Além de homenagens a mais de mil criminosos de guerra, o Yasukuni exalta a ideologia do Xintoísmo de Estado e promove narrativas revisionistas sobre a colonização e a violência japonesa na Ásia durante o século XX.

por acaso, a exportação de armamentos foi designada pelo governo como uma das áreas estratégicas de crescimento industrial, o que revela que a revisão não é apenas resposta à ameaça, mas também projeto de desenvolvimento do setor de defesa.

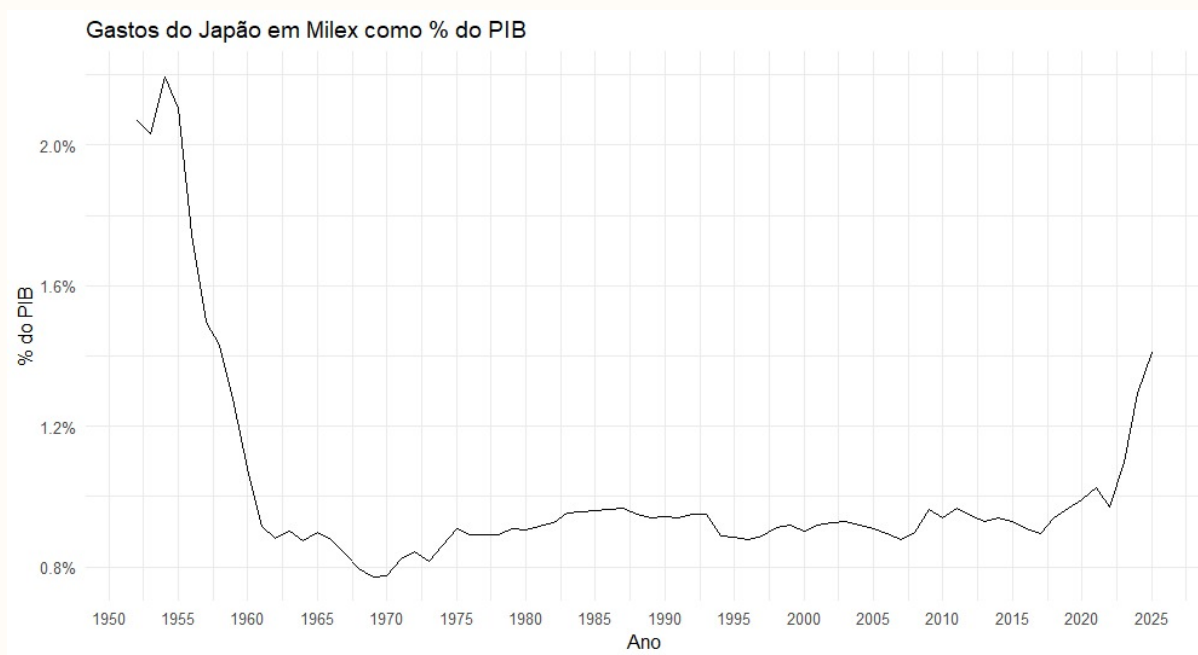
Outro fator determinante é a reconfiguração da coalizão governante. A saída do Komeito, partido de orientação pacifista que exercia a função de freio interno no LDP, e sua substituição pelo Nippon Ishin no Kai, de perfil nacionalista-reformista, alterou o equilíbrio de forças doméstico. No acordo assinado entre Takaichi e o representante do Ishin, Hirofumi Yoshimura, ambos os partidos se comprometem a trabalhar para enriquecer suas bases nacionais e buscar políticas internas e externas que impulsionem o Japão para um caminho de maior independência securitária.

Esse objetivo fica evidente ao analisarmos as cláusulas do documento, que estabelecem a criação de uma comissão conjunta de redação para a revisão do Artigo 9º da Constituição, a revisão da Estratégia de Segurança Nacional, desenvolvimento de mísseis de contra-ataque de longo alcance e submarinos nucleares, bem como alterações na estrutura da SDF e criação de novas instalações de blindagem sob tutela japonesa. A revisão dos Três Princípios estava prevista no acordo de coalizão entre LDP e Nippon Ishin, o que evidencia que a saída do Komeito — historicamente um freio às ambições securitárias do LDP — e sua substituição por um parceiro de perfil nacionalista-reformista foi condição política indispensável para que a mudança se concretizasse.

A decisão de atribuir ao governo e ao Conselho de Segurança Nacional — e não ao Parlamento — a aprovação caso a caso das exportações levantou críticas substantivas da oposição, que vê nesse arranjo um esvaziamento do controle democrático sobre decisões de sensibilidade geopolítica (JIJI, 2026). Vale ressaltar que essa é apenas uma das transformações, posto que paralelamente à revisão das exportações, o governo Takaichi comprometeu-se a antecipar em dois anos, de 2027 para o ano fiscal de 2025, a meta de elevar os gastos em defesa a 2% do

PIB. Abaixo é possível observar os gastos japoneses em defesa que se mantiveram significativamente atrelados a apenas 1% do PIB, mesmo que isso tornasse o país, durante muitos anos, um dos dez que mais gastavam em capacidade militar (defesa).

Gráfico 3
Gastos japoneses em defesa (1950-2025)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIPRI (2026)

Considerações Finais

As últimas décadas têm evidenciado uma transformação significativa na política de defesa e segurança do Japão, impulsionada por pressões externas, como no caso do avanço militar chinês e das demandas crescentes dos Estados Unidos, sobretudo de Donald Trump, por maior compartilhamento dos custos da aliança. Além disso, pressões domésticas, em especial a ascensão de grupos nacionalistas que advogam por uma postura estratégica mais assertiva e um retorno a um ideal militarista do país, também têm afetado a política de Tóquio. Isso vem transformando a política de defesa do país e, como exemplo concreto,

modificou a transferência de equipamentos e tecnologias de defesa do país, como tratamos aqui. No fim, as transformações do Japão são essenciais para compreendermos o impacto que esse processo pode ter sobre o equilíbrio de poder na região do Indo-Pacífico nos próximos anos.

Referências

- Asahi Shimbun. "Takaichi Acts as 'Abe's Successor' in Summit with Trump in Tokyo." 26 de outubro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.asahi.com/ajw/articles/16120575>.
- . "Takaichi Says She 'Confirmed' Deer-Kicking by Foreign Tourists." 25 de setembro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.asahi.com/ajw/articles/16049247>.
- Bacchi, Umberto. "Japan: Adolf Hitler Book Haunts Interior Minister Sanae Takaichi." *International Business Times*, 11 de setembro de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.ibtimes.co.uk/japan-adolf-hitler-book-haunts-interior-minister-sanae-takaichi-1465067>.
- Guthmann, Thierry. *Nippon Kaigi: Political Nationalism in Contemporary Japan*. Traduzido por Arthur Stockwin. London: Routledge, 2024.
- Hosoya, Yuichi. "Japan's Grand Strategy." In *East Asia's Grand Strategies: A Twelve-Case Comparison*, organizado por Ramon Pacheco Pardo e Jung H. Pak, Washington, DC: Georgetown University Press, 2025.
- Hua, Haonan. "Breaking the Postwar Taboo: Japan Lifts Its Ban on Lethal Arms Exports." *The Diplomat*, 23 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://thediplomat.com/2026/04/breaking-the-postwar-taboo-japan-lifts-its-ban-on-lethal-arms-exports/>.
- Japan, Cabinet Secretariat. *Review of the Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology and Its Implementation Guidelines*. Tokyo: Cabinet Secretariat, 21 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. https://www.cas.go.jp/jp/gaiyou/jimu/pdf/r80421_iten.pdf.
- Japan, Ministry of Foreign Affairs. "Japan's Contributions Based on the International Peace Cooperation Act." 27 de fevereiro de 2024. Acesso em 5 de maio de 2026. https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page22e_000684.html.
- . "Japan's Contributions to UN Peacekeeping Operations (PKO)." 27 de fevereiro de 2024. Acesso em 5 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/>.
- . *Japan's Legislation for Peace and Security*. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs, março de 2016. Acesso em 5 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf>.
- . *Three Principles on Transfer of Defense Equipment and Technology*. Tokyo: Ministry of Foreign Affairs, 1 de abril de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.mofa.go.jp/files/000034953.pdf>.
- Japan Press Weekly. "NHK in Opinion Poll Tries to Make Objections to War Laws Look Smaller." 11–17 de novembro de 2015. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.japan-press.co.jp/s/news/?id=8711>.

Jiji. "Opposition Calls for Prior Notification to Parliament over Arms Exports." The Japan Times, 13 de abril de 2026. Acesso em 4 de maio de 2026.

<https://www.japantimes.co.jp/news/2026/04/13/japan/opposition-arms-exports-notification/>.

Johnstone, Christopher B., e Adam P. Liff. "Japan's Present and Future National Security Strategy: Five Key Challenges to Watch." Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 17 de dezembro de 2025. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.csis.org/analysis/japans-present-and-future-national-security-strategy-five-key-challenges-watch>.

McCurry, Justin. "Neo-Nazi Photos Pose Headache for Shinzo Abe." The Guardian, 9 de setembro de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.theguardian.com/world/2014/sep/09/neo-nazi-photos-pose-headache-for-shinzo-abe>.

Miyawaki, Kaede. "26-nen ban no 'gaikō sho' kōhyō" [Publicação do "Livro Azul de Diplomacia", edição 2026]. Asahi Shimbun, ed. matutina de Nagoia, 11 de abril de 2026, 4.

Oliveira, Alana Camoça Gonçalves de. "Entre o sol, a águia e o dragão: dinâmicas de poder e segurança entre Japão, EUA e China no Leste Asiático e o estudo de caso das ilhas Senkaku/Diaoyu no século XXI." Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

Satō, Eiichirō, Hirō Yoshida, e Masatoshi Ushio. "Buki yushutsu: fumidashita seifu" [Exportação de armas: o governo deu o passo]. Asahi Shimbun, ed. matutina de Tóquio, 22 de abril de 2026, 2.

Sato, Heigo. Japan's Arms Export and Defense Production Policy. Strategic Japan Working Paper. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 31 de março de 2015. Acesso em 4 de maio de 2026. https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/2023-06/150331_Sato_Strategic_Japan.pdf.

Shiraishi, Takashi. "The Three Principles on Arms Exports: Why Are They Up for Replacement?" Nippon.com, 31 de março de 2014. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.nippon.com/en/column/f00027/>.

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). "Arms Embargoes." Solna: SIPRI, 2026. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://www.sipri.org/node/7669>.

United Nations Peacekeeping. "Troop and Police Contributors." Acesso em 5 de maio de 2026. <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>.

Yamaguchi, Mari. "Japan PM Hopeful Takaichi Chases Mentor Abe's Dream." Nikkei Asia, 23 de setembro de 2024. Acesso em 4 de maio de 2026. <https://asia.nikkei.com/spotlight/big-in-asia/japan-pm-takaichi-chases-mentor-abe-s-dream>.